



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Sistema donatário e economia colonial: conflitos político-administrativos na América Portuguesa meridional (1670-1730)

Donatario system and colonial economy: political and administrative conflicts in the South of Portuguese America (1670-1730)

Rafael Franzese Salmim; Cátedra Jaime Cortesão – FFLCH/USP;
rafaelsalmim@usp.br

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar os agentes históricos envolvidos na compra da Capitania de São Vicente, de 1709. Para se entender a formação dos seus interesses e de sua condição social, é preciso levar em conta aspectos da economia colonial e da conjuntura internacional de finais do século XVII e começo do XVIII, como as descobertas auríferas, as guerras e as disputas interestatais no ultramar. A análise permite a reflexão maior sobre como, na América portuguesa, a política de mercês esteve intrinsecamente conectada à economia e à colonização, sendo o meio pelo qual foi possível a Portugal explorar a colônia.

PALAVRAS-CHAVE: Capitánias hereditárias, Economia colonial, Sistema de mercês.

ABSTRACT: The article aims to analyze the historical actors who were involved in the purchase of São Vicente Captaincy. For that, it's important to understand some aspects of colonial economics and international politics between the end of XVII century and the beginning of the XVIII, as the gold mines, the wars, and the interstate conflicts. In view of this, we will be able to comprehend the interests and the social condition of which actor in the process. Furthermore, the reflection allows us to connect the grace system with economy and colonization, the way for which Portugal explored his colony.

KEYWORDS: Hereditary captaincies, Colonial economy, Grace system.

Capitánias hereditárias e o caso vicentino: uma introdução

Doado à elite fidalga reinol no contexto de expansão ultramarina, as capitánias hereditárias compunham-se das jurisdições civil e criminal sobre território ultramarino. Acompanhava o título nobiliárquico referente à localidade, como “capitão-mor e governador de São Vicente”, e privilégios econômicos, como os direitos às redizimas. Dessa forma, as capitánias hereditárias foram parte da política régia de cooptação de



indivíduos com cabedais para empreender a colonização (RICUPERO, 2009), valendo-se do *sistema de mercês* na distribuição dos bens e títulos entre os nobres do Reino.

As donatarias, todavia, foram alvo de disputas ao longo da história colonial, já que eram prestígio social – distinção aristocrática – e concentração efetiva de poder. O conflito pelas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro oferece-nos ótimo exemplo.

As duas capitanias – na verdade, quatro, como veremos – foram doadas, respectivamente, aos irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Souza em 1535. A primeira porção de São Vicente media 55 léguas, do Cabo Frio até o Rio Curupacé (hoje, Rio Juqueriquerê). Santo Amaro, com 10 léguas, partia do referido rio até o Rio de São Vicente da banda do norte. A segunda porção de Martim Afonso, também chamada de São Vicente, com 45 léguas, fazia fronteira com Santo Amaro até 12 léguas ao sul da Ilha de Cananéia, donde partia a última terra de Pero Lopes: Santana, de 40 léguas.

Por questões sucessórias, remarcaram-se as fronteiras em 1624, e o limite entre São Vicente e Santo Amaro foi movido 15 léguas para baixo, o que implicou na mudança da posse das três principais vilas da região: Santos, São Vicente e São Paulo. Antes, estavam na capitania de São Vicente, da Condessa de Vimieiro (herdeira de Martim Afonso) e, depois dessa data, passaram aos Condes de Monsanto (herdeiros de Pero Lopes). Assim, a antiga Capitania de Santo Amaro passou a se chamar São Vicente, enquanto a antiga Capitania de São Vicente passou para Capitania de Itanhaém. Alguns anos depois, os Condes de Monsanto recebem o título de Marqueses de Cascais e Itanhaém é passada, em dote, aos Condes da Ilha do Príncipe (MADRE DE DEUS, 1920).

No começo do século XVIII, José de Gois de Moraes, membro da elite de São Paulo, tentou comprar a capitania do Marquês de Cascais por 40\$000 cruzados em 1709. Para isso, o Corregedor do Civil na Corte e o Procurador da Coroa concordaram, em parecer do Conselho Ultramarino. No documento, porém, os conselheiros aludem à carta dos moradores de São Paulo, na qual ofereceram a mesma quantia para que a capitania ficasse diretamente submetida ao Rei. Como o preço era exorbitante, requereram mercês.



O Conselho Ultramarino vai ao encontro dos paulistas, argumentando que o ouro tornava a capitania das mais importantes e, por isso, deveria ser incorporada aos bens reais. A compra levaria à nomeação direta de Capitão-mor pelo Rei, sendo melhores do que os oferecidos pelo Donatário, pois eram “uns feitores seus, sem graduação de serviços para acudir a sua defesa” (AHU, ACL, CU, 017-01, cx. 15, doc. 3162). A compra foi consumada e, como mercê, São Paulo passou à cabeça da capitania e à categoria de cidade.

Como vimos, a capitania era uma mercê, doação régia para a nobreza. Foi, ainda, estratégia de colonização no século XVI. Essa instituição passava, no começo do XVIII, por circunstâncias históricas que dificultavam sua permanência. Diversos agentes, ainda, apareceram para se apossar de São Vicente: José de Gois de Moraes, a Câmara de São Paulo e a Coroa. Dessa forma, quais eram essas circunstâncias? Como emergiram essas novas figuras? Quais suas motivações? São essas as perguntas que buscaremos responder.

Capitanias meridionais: elites locais, donatários e Coroa (1620-1720)

O acúmulo de poder e riqueza, essencial para a alteração das condições históricas dos atores, faz parte de longo processo iniciado no séc. XVII. As condições da política internacional, a dinâmica local da região do planalto paulista e as trajetórias individuais devem ser consideradas.

A economia da capitania esteve, na segunda metade do XVI, relacionada à produção de açúcar no litoral vicentino. O início do XVII, porém, marcou a sua crise (FERLINI, 2021), quando a ocupação do planalto, iniciado décadas antes, expandiu-se.

O sistema produtivo montado em São Paulo baseou-se na captura de indígenas pelas entradas dos bandeirantes no sertão. A utilização dessa mão de obra cativa na lavoura paulista, produtora de gêneros alimentícios (trigo, toucinho, farinha de mandioca, milho, feijão etc.), abastecia outras localidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Buenos Aires e Angola. As dinâmicas econômicas foram fortemente ligadas à disponibilidade de força de trabalho. Assim, a economia paulista cresceu *pari passu* aos ataques aos povos indígenas.

O aumento e consolidação da produção, entre 1620-1641, relacionou-se



diretamente à expansão das entradas sobre Guairá, quando os bandeirantes atacaram missões jesuíticas paraguaias, distribuindo-os em São Paulo. O aumento da resistência indígena e jesuíta, todavia, remodelou as bandeiras, que passaram ao sertão do norte e do sul, marcando o fim do grande fluxo de mão de obra para o planalto.

Na década de 1680, o cenário era diferente: consolidou-se elite baseada na distribuição desigual da riqueza, medida principalmente pela quantidade de mão de obra cativa acumulada e de terras. O sistema de apresamento e a produção concentraram-se nas poderosas famílias, que disputavam o poder político. Os produtores menores adaptaram a produção, vivendo em instabilidade social e econômica (MONTEIRO, 2000).

Essa estratificação social acompanhou o aumento da mercantilização da lavoura paulista, quando as famílias mais abastadas disputaram a mão de obra disponível, garantindo seus negócios com outras partes da colônia. Não é por acaso que, no período, a quantidade de reclamações da população pela carestia dos alimentos elevou-se, já que a maioria era destinada ao comércio. A passagem do XVII para o XVIII, marcada pela formação do mercado das Minas Gerais, intensificou a estrutura socioeconômica, quando o planalto se tornou abastecedor de gêneros alimentícios para a região aurífera (BLAJ, 2002). As riquezas geradas foram capazes, ainda, de permitir a compra de escravizados africanos pela elite local, iniciando o abandono do uso do indígena durante o século XVIII.

Em resumo, o século XVII marcou a formação e cristalização da elite paulista. Na primeira metade, a ascensão econômica e, na segunda, a consolidação pela concentração de riqueza em detrimento de outros grupos sociais. No XVIII, intensificaram-se as dinâmicas econômicas, e o descobrimento do ouro abriu possibilidades de enriquecimento. Esse processo fez emergir dois atores da compra de 1709: José de Gois de Moraes e a Câmara de São Paulo.

Descendente de uma das mais nobres famílias da região, a família de Moraes (Taques) esteve envolvida no comércio de trigo com região platina entre 1630-1680. Para aumentar sua fortuna, o potentado participou do comércio de algodão com Paranaguá e Curitiba em fins do XVII, bem como do movimento de prospecção das minas, recebendo sesmaria de três léguas de comprimento na região, em 1705. Além do



ouro, Morais requereu terras para a criação de gado em Curitiba e sesmária separada pelo Caminho Novo, em 1706 (QUEIROZ, 1971). Tamaña foi a fortuna que, em 1708, tentou comprar a Capitania.

Deve-se levar em conta que cargos administrativos no Portugal Moderno possuíam prestígio inerente ao título, desiderato político de indivíduos com valores de Antigo Regime. A condição colonial, porém, enseja outras dinâmicas além da simbologia aristocrática dos cargos, já que a escravidão e as relações mercantis eram o fundamento da Colônia, alterando fundamentalmente a estrutura social. Dessa forma, consideram-se outras motivações: os títulos possibilitavam a ampliação de redes de enriquecimento ao unir diferentes famílias da elite (RAMINELLI, 2013), assim como a própria atividade do cargo permitia enriquecimento (RICUPERO, 2009). Gois de Morais buscava aumento de *status*, o enriquecimento e o controle político incorporado ao título de donatário: nomear os principais cargos, julgar diferentes questões, criar impostos, comunicar-se diretamente com a Coroa etc. Tudo isso, vale lembrar, na capitania detinha a jurisdição sobre as minas.

Almejar o poder não era apenas o objetivo de Morais, pois diferentes famílias estavam na disputa. A ajuda de custo proposta pelos moradores de São Paulo – leia-se os mais proeminentes – à Coroa quando da compra da capitania, em 1709, atesta a movimentação para evitar que Morais ficasse como donatário. O título resultaria em meios de poder político e econômico para a família Taques que poderiam destruir seus rivais e, ainda, arruinar o equilíbrio de forças entre os poderosos da Câmara de São Paulo.

Além dessa disputa, a fracassada tentativa de transferência da cabeça da capitania de São Vicente para São Paulo foi fundamental para abrir os horizontes políticos da elite paulista já em fins do XVII. Na disputa entre o Marquês de Cascais e o Conde da Ilha do Príncipe, entre 1675 e 1685, o primeiro perdeu o controle sobre as vilas de Santos, São Vicente e São Paulo. Como os paulistas recusaram o capitão-mor nomeado pelo Conde, ao contrário da vila capital (São Vicente), o Marquês rapidamente nomeou-os como cabeça de capitania, em 1681, para criar embate entre as duas Câmaras, mesmo sabendo que isso só poderia ser feito pelo Rei.

Por que São Paulo, e não outra vila? A estratégia do Marquês estava pautada em



alterações efetivas no jogo de forças entre as vilas e elites locais: a importância de São Paulo e a força de sua elite local, que ocupava a Câmara e controlava grande parte do comércio na região (centro mercantil da capitania desde meados do XVII), já garantira proeminência sobre São Vicente, com menos poder econômico desde a crise da produção açucareira em fins do XVI. O objetivo principal dessa alteração foi, portanto, criar uma aliança política entre o Marquês e a vila, por meio do privilégio administrativo e simbólico de ser cabeça de capitania, gerando um embate com a vila de São Vicente (TORRÃO FILHO, 2011). O fato de São Paulo, e não outra vila, ter sido escolhida para o confronto, evidencia seu poder de enfrentar a vila capital, o que foi usado pelo Marquês.

Por isso, “a luta dos ‘homens bons’ e dos oficiais da Câmara paulistana para ver sua vila elevada à condição de capital da capitania representa (...) a existência de uma elite, relativamente consolidada no poder, que tentou exercê-lo não apenas no âmbito interno, mas igualmente sobrepô-lo às demais vilas” (BLAJ, 2002, p. 32). Os aspectos econômicos da elite paulista são essenciais para entender o progressivo ganho de poder, articulando intrinsecamente a riqueza e o prestígio, o comércio e a proeminência político-simbólica de ser cabeça da capitania.

A primeira oferta de compra da jurisdição donatarial da capitania de São Vicente, por José de Gois de Moraes, e a atuação da Câmara de São Paulo no processo, podem ser explicados pelos processos econômicos elencados. O desfecho da compra, porém, só foi possível, em última instância, porque a Coroa teve interesse em suprimir o donatário. As dinâmicas locais não são capazes de compreender as motivações do Rei e, por isso, é necessário olhar para a conjuntura de curto e médio prazo de Portugal Moderno.

A Restauração de Portugal (1640) marcou a separação de dois impérios atlânticos, deixando o português sem acesso a prata, e o espanhol, sem escravizados africanos. Assim, o contrabando luso-espanhol foi incentivado na segunda metade do XVII, com ações legais e ilegais sobre a região do extremo-sul. A fundação da Colônia do Sacramento (1680) foi uma das estratégias para reatar o comércio entre o sul (com produção de carnes e couros) e Buenos Aires, além de demarcar efetivamente a fronteira portuguesa na América. A atuação do Rio de Janeiro também se intensifica,



especialmente para fornecer escravizados às minas espanholas, enviados por Buenos Aires (BICALHO, 2005). A Restauração apontou para nova situação econômica em Portugal, forçando remodelações que mantivessem estruturas algumas de acumulação.

As Guerras de Restauração (1640-1668), ainda, aumentaram os gastos portugueses e requereram recursos urgentes. O financiamento da guerra, assim como o sucesso português, só foi possível pelo seu império: o comércio de açúcar das capitanias do Norte, o contrabando de prata no Sul e o comércio de escravos foram os fatores primordiais. Por isso, Stuart Schwartz afirma que “não houve uma causa única para o sucesso político de Portugal, mas a produção e o comércio colonial foram indispensáveis” (2008, p. 223). Apesar disso, a crise abateu a economia portuguesa durante a segunda metade do século XVII, assim como boa parte da Europa, período em que se intensificou a conhecida “crise geral do século XVII”.

Nessa conjuntura, a importância das vilas vicentinas aumenta consideravelmente. As empreitadas que visaram a aproximação ao estuário do Rio da Prata, incluindo a fundação de Sacramento (1680) e a manutenção da praça-forte, tiveram em Santos, São Vicente e Itanhaém as principais fontes fornecedoras de recursos. Farinha de trigo e contingentes de soldados foram enviados do litoral paulista ao extremo-sul. A Capitania de São Vicente – posteriormente, de São Paulo – iniciou, nesse período, a sua transformação de fronteira à território: a organização da ação bélica da porção meridional do Estado do Brasil (FERLINI, 2009) foi, de finais do século XVII até o período pombalino, tornando-se progressivamente uma das suas grandes funções no império. Firmar a posse na região era, assim, essencial para questões geopolíticas e militares já a partir de 1680, incorporando-se à política de fronteiras do império português.

A descoberta de minas de ouro em 1693 iniciou novo período para a colônia e para o império ultramarino. O desenvolvimento de Minas Gerais no início do século XVIII reafirmou a importância de consolidar o domínio de São Paulo, seja para evitar ataques estrangeiros, seja para o controle da mineração. Não é por acaso que a região aurífera ficou submetida à Capitania até 1720, quando foi dividida em Minas Gerais e São Paulo.

O interesse régio em dominar a região diretamente, no XVIII, já era explícito. Na



própria Consulta sobre a compra da Capitania do Marquês de Cascais, em 1709, o Conselho afirmou que “esta Capitania he hoje a mais importante que V. M. tem em seus reaes dominios e que conthem em si minas ficando nas vezinhanças das mais preciosas, e passagem para ellas, sendo por este respeito tão apetecidas” (AHU, ACL, CU, 017-01, cx. 15, doc. 3162). No mesmo ano, em outro parecer sobre a compra, o Conde General da Armada Presidente alerta a importância de se gastar corretamente “as despesas, que se reconhecem utilíssimas assim na edificação das novas Colonias, que são necessárias nas minas” (AHU, ACL, CU-017, cx. 15, Doc. 3226-3227). O ouro foi, portanto, importantíssimo na decisão final de incorporação da capitania ao patrimônio régio.

A conjuntura do início do XVIII não foi, para Portugal, apenas o período da consolidação das minas. A Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) abalou o cenário internacional, obrigando a Coroa portuguesa a bolar estratégias de manutenção das suas posses ultramarinas repetidamente ameaçadas por inimigos europeus. A aliança com a Inglaterra e os Países Baixos, mesmo que por tratados desvantajosos, evidencia a escolha pelo império. Os gastos com a Guerra intensificaram a crise de Portugal e da Europa, economia que pode ser recuperada, novamente, com a economia colonial.

O período foi marcado, além das mudanças na conjuntura internacional, por motins em diversas partes da colônia. Emergiram, nesse contexto, os perigos internos e os perigos externos. A Guerra dos Emboabas nas Minas (1709), a Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710-1711), os Motins do Maneta na Bahia (1710) e a revolta de Filipe dos Santos nas Gerais (1720) abalaram a relação das diversas regiões coloniais com a metrópole, colocando-a em alerta. O aumento do corso na costa americana, a invasão francesa ao Rio de Janeiro e o acordo feito para a devolução da cidade (1710) explicitavam os reflexos da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1715) no ultramar.

A confluência desses dois perigos, ou seja, a insatisfação local e o aumento das investidas estrangeiras na América portuguesa poderiam, segundo proeminente conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa, levar à sujeição desses colonos à outra Coroa (SOUZA, BICALHO, 2000). Evitar ao máximo a perda das colônias era o desiderato de Portugal e, nesse sentido, incorporar a jurisdição da Capitania de São Vicente era a garantia do controle sobre as preciosidades que as minas ofereciam, frente às adversidades internacionais e locais que se impunham. Sua posse era estratégica.



Tamanhas eram as preocupações que, a partir da compra da capitania do Marquês de Cascais em 1709, as terras que continuaram legalmente sobre jurisdição do Conde da Ilha do Príncipe foram progressivamente ocupadas pela administração régia. Apesar de repetidos pedidos do Conde, em 1720 (AHU, ACL, CU-017, cx. 18, Doc. 3829-3830) e 1724 (AHU, ACL, CU-017, Cx. 20, doc. 4542-4543), requerendo o respeito às suas doações, a Capitania de Itanhaém e de Santana passaram a ser controladas pelo Rei. Para isso, novamente, confluíram interesses das elites camarárias e da metrópole, em uma sucessão de ações das vilas de Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba (LEME, 1914, p. 175-176) e Rio de Janeiro (AHU, ACL, CU-017, Cx. 16, doc. 1834), que foram ao encontro do Conselho Ultramarino e de outros funcionários. Para esses, “era conveniente não ter donatários no Brasil, principalmente com as exorbitantes clausulas que continhão todas as doações antigas das Capitanias daquele estado, que todas eram prejudicialíssimas ao bom governo e bem comum do Reino” (AHU, ACL, CU-017, cx. 15, Doc. 3226-3227).



Mercês e economia colonial: a centralidade da colonização no Antigo Regime

A existência do *sistema de mercês* como principal estrutura de relações políticas entre metrópole e colônia engendrou consequências concretas às formas de controle na América portuguesa. A confluência de diferentes grupos sociais, disputando jurisdições e espaços de poder no mundo colonial, foi fruto da própria estrutura política da colonização. As donatarias envolviam, por excelência, os valores aristocráticos de Antigo Regime e, por outro lado, os percalços do controle ultramarino. A análise do caso das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro mostra como se conformavam a distribuição de mercês e a manutenção da exploração metropolitana que requisitavam, respectivamente, reciprocidades e controle hierarquizado.

O pedido da Câmara de São Paulo pela incorporação da capitania ao patrimônio régio, por exemplo, foi feito por meio da lógica aristocrática: ofereceram ajuda de custo em troca de mercês que, efetivamente, foi a transferência da vila capital para o planalto e sua elevação à categoria de cidade, em 1711. Isso só foi possível, porém, pelas dinâmicas da economia colonial, que formaram elite capaz de custear o valor da capitania. Ademais, o acúmulo da riqueza paulista implicava maior poder político, algo apropriado pelo Marquês de Cascais logo em 1679-1681, como vimos. A elite paulista, portanto, almejou ser o centro político pois já era o centro econômico da região vicentina, obscurecendo a própria vila capital, São Vicente. Aqui, economia e mercê se relacionaram intrinsecamente.

Na compra, ainda, o interesse da Coroa foi primordial para que a proposta paulista fosse aceita. Controlar a região mineradora e evitar as ameaças internacionais estiveram por detrás da decisão, explícita ou implicitamente. O apoio da proeminente elite local deu o empurrão final. O ouro poderia ser, assim, diretamente fiscalizado, garantindo o enriquecimento do Estado. Novamente, temos a relação entre economia colonial e mercês.

Por fim, a ocupação progressiva das posses do Conde da Ilha do Príncipe, entre 1709 e 1724, atesta a última estratégia política da Coroa. A manutenção da colonização sobre a região meridional, especialmente sobre o extremo-sul (Capitania de Santana) e sobre a cidade do Rio de Janeiro (que também estava nas posses do Conde, em teoria), tornou-se tão importante, no começo do XVIII, que a figura donatária foi suprimida



sem seguir os processos legais de aquisição. O Rio de Janeiro era o principal porto que ligava a Coroa às Minas Gerais, enquanto o extremo-sul era a área de disputa entre Portugal e Espanha. Manter seu controle em mãos de particulares estava fora de questão. A economia, por fim, passou por cima das mercês.

Diferentes foram as estratégias da Coroa portuguesa para lidar com a questão donatária ao longo do Império ultramarino, assim como com as mercês e as elites locais. É preciso ter em mente, todavia, que mesmo que essa forma política expressasse reciprocidades entre as partes, algo intrínseco ao seu funcionamento, a manutenção da colonização foi desidrato fundamental das interações entre a metrópole e os diversos agentes coloniais. O Antigo Sistema implicava a exploração do Reino sobre a Colônia, quando o primeiro se sobrepõe ao segundo na garantia do afluxo de riqueza. As relações políticas estiveram a serviço disso e, em última instância, foram a forma possível de manter os interesses econômicos de Portugal no ultramar. As reciprocidades e a comunicação dos atores coloniais com Lisboa foi meio político da exploração.

REFERÊNCIAS

- Bicalho, Maria Fernanda Baptista. A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina. In **Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa, 2005. p. 1-10.
- Blaj, Ilana. **A trama das tensões: O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.
- Ferlini, Vera Lucia. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.17. n.2. p. 237-250. jul.- dez. 2009.
- Ferlini, Vera Lucia Amaral. Fazendas e engenhos do litoral vicentino: traços de uma economia esquecida (séculos XVI-XVIII). **História** [online]. 2020, vol. 39, e2020021. ISSN: 1980-4369. p. 1-30.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **História da Capitania de S. Vicente**. São Paulo: Melhoramentos, 1914 [1772]. 1ª Ed.
- Madre de Deus, Frei Gaspar. **Memória para a história da capitania de S. Vicente**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920 (1797). 3ª ed.
- Monteiro, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1985].
- Queiroz, Suely Robles Reis de. José de Góis de Moraes: o paulista que quase comprou São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, jun. 1971, n. 86, 373-387.
- Raminelli, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime Ibérico setecentista. **Revista de História**. São Paulo, nº 169, p. 83-110, jul./dez. 2013.
- Ricupero, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-c.1630**. São Paulo: Alameda, 2009.
- Schwartz, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. **Tempo**, Rio de Janeiro, 2008, v. 24. p. 223.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Souza, Laura de Mello; Bicalho, Maria Fernanda Baptista. **O império deste mundo (1680-1720)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Torrão Filho, Amilcar. A marinha destronada: ou a famigerada São Vicente derrotada pela Rochela paulista. A afirmação de São Paulo como cabeça de capitania (1681-1766). **História**, v. 30, n. 1, 148-173, jun. 2011.

12/agosto/1709 – Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a compra da Capitania de Santos e São Vicente para ser incorporada nos bens da Coroa. AHU_ACL_CU_017, cx. 15, Doc. 3226-3227.

13/janeiro/1720 – Lisboa. Requerimentos do Conde da Ilha do Príncipe Antonio Carneiro de Sousa, Donatário da Capitania do Rio de Janeiro, pedindo respeito às suas jurisdições consignadas nas respectivas doações. AHU_ACL_CU_017, cx. 18, Doc. 3829-3830.

19/junho/1724 – Lisboa. Requerimento do Conde da Ilha do Príncipe, Antônio Carneiro de Sousa, pedindo que lhe passe certidão dos privilégios que lhe tinham sido concedidos pela doação de 100 léguas de terra. AHU_ACL_CU_017, Cx. 20, doc. 4542-4543.

2/julho/1726 – Vila de Angra dos Reis. Carta dos oficiais da Câmara de Angra dos Reis ao rei D. João V sobre a influência perturbador do Conde da Ilha do Príncipe. AHU_ACL_CU_017, Cx. 16, doc. 1834.

4/março/1709. Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a licença que pedia o Marques de Cascais para renunciar a capitania de Santos e São Vicente. AHU, CU, Rio de Janeiro – CA, cx. 15, doc. 3162.